

## **Panorama das Relações Públicas no Brasil: a emergência de novos olhares sistêmicos contemporâneos<sup>1</sup>**

Marcelo de Barros Tavares <sup>2</sup>

### **Resumo**

O artigo reflete sobre a emergência de novos olhares, críticos e sistêmicos para o campo contemporâneo das Relações Públicas no Brasil. Para tanto, dialogamos com um panorama sobre a área envolvendo os caminhos da constituição da profissão e os desafios do ensino na formação acadêmica. Ancorados em pesquisa documental (STUMPF, 2012) como técnica de coleta de dados, propomos a argumentação da abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001) para (re)pensar o processo de ensino-aprendizagem da atividade. Ao considerarmos produções acadêmicas da vertente crítica para a comunicação, entendemos ser possível incorporar novas perspectivas para a prática de Relações Públicas, especialmente no que tange aos desafios da formação acadêmica.

### **Palavras-chave**

Abordagem Sistêmica; Formação Acadêmica; Relações Públicas.

### **Introdução**

O conhecimento científico tem a sua construção articulada pela trajetória metodológica do pesquisador, que deve estar centrada em um problema de pesquisa aderente aos desafios sociais de um determinado contexto da realidade. Nesta perspectiva, Braga (2011) reafirma a importância dos processos de mestrado e doutorado nos Programas de Pós-Graduação, pois com a tese de doutorado – pesquisa científica em que nos debruçamos no momento – pretendemos investigar um contexto relevante e importante para a comunidade científica, e, portanto, para a sociedade. Sendo assim, corroboramos a noção de que o processo científico é a sustentação para a promoção e difusão do conhecimento.

Este artigo resgata um trecho da nossa pesquisa<sup>3</sup>, e inicia convidando o leitor a fazer uma viagem para um panorama da atividade de Relações Públicas no Brasil. Os pontos aqui destacados foram registrados na tentativa de garantir sustentação e esteio para reflexão pretendida na nossa tese de doutorado. Estamos falando da bússola desta viagem ao

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT 7) Comunicação, Ensino e Estratégias Docentes, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação Social, UniRitter, [marcelo.b.tavares@animaeducacao.com.br](mailto:marcelo.b.tavares@animaeducacao.com.br).

<sup>3</sup> A pesquisa citada refere-se à tese do pesquisador realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em fase de finalização para a defesa em banca pública.



conhecimento, que deve guiar a nossa trajetória nos próximos meses, facilitando e guiando nosso plano de navegação.

Falar sobre o panorama – teórico e profissional – das Relações Públicas pode num primeiro momento parecer um retrocesso de nossa parte, contudo é pertinente retomarmos alguns fatos históricos para entendermos e (re)pensarmos o cenário da área na contemporaneidade. Os dilemas enfrentados pela profissão na sociedade brasileira do século XXI podem se caracterizar como reflexos da sua trajetória histórica – no Brasil e no mundo. Desde a evolução das teorias, como a modernização e (re)configuração das práticas profissionais, podem ser entendidas como movimentos e desdobramentos da condução fatídica dos caminhos trilhados pelos profissionais e pesquisadores que nos antecederam.

Neste sentido, organizamos este panorama em dois aspectos centrais para a área de Relações Públicas: os caminhos da constituição da profissão e os desafios do ensino e da formação acadêmica. Entendemos que esta divisão é necessária, pois além de categorizar o nosso percurso, também nos apoia em análises específicas, mas que no final convergem para um mesmo desafio emergente: quais seriam os rumos para a área e a atividade no futuro. Elaboramos este panorama a partir da técnica de pesquisa documental (STUMPF, 2012), em que nos valem os documentos do Sistema Conferp-Conrerps<sup>4</sup> para apresentar a constituição da profissão no Brasil.

Na sequência do panorama, propomos uma reflexão sobre a abordagem sistêmica (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001) a partir dos desafios impostos pela formação acadêmica. Pensamos que esta visão nos aponte indícios de novos caminhos – teóricos e sistêmicos – para o rumo da área e da profissão no País. Os dilemas que discutimos neste artigo são o ponto de partida para a constituição de uma perspectiva reflexiva e sistêmica para o ensino e as práticas de Relações Públicas na sociedade.

## **Caminhos da Constituição da Profissão**

Iniciamos esta trajetória com a chegada da profissão de Relações Públicas ao Brasil em 1914, quando a empresa concessionária de iluminação pública da cidade de São Paulo - a “Light” - organiza o primeiro departamento da área. Desde então, a prática de Relações Públicas

---

<sup>4</sup> O Sistema Conferp-Conrerps foi constituído pelo Decreto-Lei nº 860, de 11 de setembro de 1969, sendo formado pelo Conselho Federal e os Conselhos Regionais, que executam a fiscalização do exercício profissional. A coleta de dados para este artigo se deu pelo link [www.conferp.org.br](http://www.conferp.org.br) em todo o menu do site.



tem sido presente na sociedade brasileira, totalizando neste ano, 108 anos de história em nosso País.

O primeiro profissional responsável pela prática de Relações Públicas foi o engenheiro Eduardo Pinheiro Lobo, e até hoje, a data do seu aniversário - 02 de dezembro - é considerada o Dia Nacional das Relações Públicas (CONFERP, 2018)<sup>5</sup>. A retomada histórica da profissão que apuramos no material organizado pelo Sistema Conferp/Conrerps – entidade máxima representativa da classe – pontua os principais marcos do primeiro meio século de existência no Brasil. Dentre os pontos de maior importância histórica para as Relações Públicas no Brasil, destacamos os marcos no quadro a seguir.

Quadro 1 - Fatos Marcantes da História das Relações Públicas Brasil

Ano	Fato Marcante
1954	Criação da Associação Brasileira de Relações Públicas - ABRP Primeira entidade de classe em Relações Públicas
1967	Promulgação da Lei Federal nº 5.377/1967 Regulamentação da Profissão de Relações Públicas
1969	Promulgação do Decreto-Lei nº 860/1969 Constituição do Conselho Federal e Regionais de Relações Públicas
1997	Carta de Atibaia Documento síntese do Parlamento Nacional de Relações Públicas
2006	Criação da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas - ABRAPCORP Primeira entidade científica da área de Relações Públicas

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Neste quadro sintetizamos os fatos marcantes da história da profissão de Relações Públicas no Brasil, elencando um recorte desta trajetória. Da época do primeiro departamento em uma organização brasileira até os dias atuais, percebemos – empiricamente – uma evolução das práticas, que emana das demandas e desafios da nossa sociedade. Evidente que esta percepção pode nos ser comprovada e analisada pelo cunho científico, e este talvez seja uma das primeiras de nossas inquietações para esta pesquisa (CONFERP, 2018).

<sup>5</sup> A história das Relações Públicas no Brasil pode ser verificada pelo e-book organizado pelos Professores Marcelo Fischer e Manoel Marcondes Machado Neto, em parceria com o Sistema Conferp-Conrerps, disponível no link: [http://conferp.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/pdf\\_ebook\\_historia\\_rp.pdf](http://conferp.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/pdf_ebook_historia_rp.pdf)



Neste primeiro olhar de retomada histórica, nos deparamos com fatos que (re)configuraram a caracterização e os caminhos trilhados pela profissão. Da criação da Associação Brasileira de Relações Públicas, passando pela promulgação da Lei regulamentadora, da constituição do Sistema Federal e os Conselhos Profissionais da área, depois pelo documento síntese do Parlamento Nacional, e findando pelo surgimento da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, temos um lastro de cinquenta e dois anos de caminhos e descaminhos (FREITAS, 2009) na evolução acadêmica e profissional da atividade.

Contudo, antes de debruçarmos nesta trajetória histórica – que desencadeia no contexto atual – é pertinente nos atentarmos em características ligadas ao cerne do surgimento das Relações Públicas no Brasil: a influência do modelo norte-americano da profissão. Segundo Kunsch (2002), as práticas profissionais no País começam a ser construídas mediante o modelo cunhado nos Estados Unidos, refletindo um tensionamento das organizações com a imprensa, em favor da formação da boa vontade para a opinião pública.

Neste sentido, é oportuno pensarmos nas possíveis aproximações das trajetórias da atividade em face às realidades e desdobramentos no Brasil. Na década de 1950, conforme nos apresenta Kunsch (2002), começamos a denotar uma prática voltada a criar vínculos e espaços de discussão para o intercâmbio de ideias e aprimoramento da profissão. Este movimento resulta, em 1954, com a criação da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), que tem por objetivo promover a discussão e difusão das práticas profissionais da área (CONFERP, 2018). No entanto, é com a promulgação da Lei Federal nº 5.377 (BRASIL, 1967) que passamos a ter uma profissão regulamentada destoando do modelo norte-americano e caracterizando uma premissa brasileira para a prática.

A promulgação da lei de regulamentação da profissão de Relações Públicas (BRASIL, 1967) configura-se num avanço para o campo profissional que derivou impactos complexos e controversos para a sociedade. Começamos explicando os seus desdobramentos, pois foi com o Decreto-Lei nº 860 (BRASIL, 1969), que temos a constituição legal do Sistema Conferp-Conrerps, em esferas federal e regional, estabelecendo as competências e âmbitos de atuação das autarquias.

Nos anos que sucederam a constituição do Sistema Conferp-Conrerps, entendemos a evolução da prática na sociedade brasileira. De acordo com Kunsch (2002), os anos entre as décadas de 1960 e 1970 são decisivos para a consolidação das práticas de Relações Públicas. A autora, é neste momento histórico que a profissão começa a ter sua imagem vinculada com o governo da ditadura militar, o que acarreta um prejuízo simbólico no imaginário da sociedade.



Contudo, é na década de 1980 – em um momento histórico de abertura e democratização da sociedade brasileira – que temos “[...] transformações no campo acadêmico e nas organizações [...] a dimensão comunitária: as primeiras experiências nas universidades.” (KUNSCH, 2002, p. 4). E foi neste contexto social e político que Kunsch (2002) nos fala da história das Relações Públicas no Brasil, que se inicia um processo importante no campo profissional: o Parlamento Nacional das Relações Públicas, ocorrido no final do século passado, ainda na década de 1990.

Este movimento surge a partir de diferentes movimentos de questionamento e contestação da Lei foram sendo organizados e difundidos entre os profissionais da área. De acordo com Athaydes (2008), foi a partir da demanda de profissionais do estado de São Paulo, que foi criado um processo administrativo no Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas que culminou na organização do Parlamento Nacional das Relações Públicas.

Neste momento, os profissionais e professores da área reuniram-se para discutir estes assuntos que inquietavam a classe. As sínteses destas discussões estão descritas em um documento intitulado Carta de Atibaia (CONFERP, 1997)<sup>6</sup>, em que os principais desafios são traçados para a profissão na contemporaneidade. Este documento sintetiza a expressa a opinião e percepção dos profissionais de Relações Públicas no Brasil e tece alguns pontos críticos. Dentre eles, podemos elencar com maior grau de importância, a questão da desregulamentação branca e perversa e a nova delimitação do campo conceitual enfatizando que:

[...] a nova delimitação do campo conceitual proposta nas Conclusões do Parlamento Nacional de Relações Públicas, onde há a devida ênfase, valor e importância da contribuição estratégica e ação gerencial da profissão, sendo: a) sua atividade/fim: papel de administrador dos conflitos de poder surgidos nos relacionamentos necessários para a consecução de objetivos; b) sua atividade/meio: a comunicação e suas diferentes linguagens (CONFERP, 1997, p.2).

O documento ainda considera que as novas funções da atividade profissional sejam elas diagnosticar, prognosticar, propor estratégias e implementar programas tomem o formato claro da finalidade da profissão para a gestão bem-sucedida das organizações. Com relação ao termo desregulamentação branca e perversa, a Comissão Relatora faz um

---

<sup>6</sup> O documento final produzido pelo Parlamento Nacional de Relações Públicas pode ser acessado pelo link: [http://conferp.org.br/site/wp-content/uploads/2014/03/1\\_atibaia.pdf](http://conferp.org.br/site/wp-content/uploads/2014/03/1_atibaia.pdf).



contraponto frente à decisão categórica do Parlamento em manter a regulamentação da Lei nº 5.377/67 visto que outras situações externas da sociedade chocariam com estas premissas legais (CONFERP, 1997).

A Carta de Atibaia ainda faz referência à comunicação como garantia da cidadania e a importância do profissional de relações-públicas junto a este processo. Este processo de consulta e discussão com a classe profissional – que levou mais de cinco anos – trouxe reflexões importantes e atuais até a atualidade, mesmo mais de duas décadas posteriores. Os esforços do Sistema Conferp-Conrerps em regulamentar, defender e fiscalizar o exercício profissional das Relações Públicas no Brasil trazem reflexos também para o campo acadêmico e teórico da área (CONFERP, 1997).

Os desafios interpostos pela Carta de Atibaia (CONFERP, 1997) também ganham força com as demandas da complexidade e da pós-modernidade, dada todas as questões que os profissionais vivenciam e emanam do mercado profissional, das organizações e da sociedade, de forma geral. As revoluções tecnológicas, sociais – e consequentemente culturais – configuram impactos também na prática profissional, e o viés operacional e tático das Relações Públicas também demanda constantes atualizações.

### **Desafios do Ensino e da Formação Acadêmica**

O modelo formado no Brasil a partir da regulamentação da Lei traz novos reflexos importantes para a constituição da área: o ensino em nível superior – uma obrigatoriedade legal – e, o desenvolvimento acadêmico e científico do campo das Relações Públicas. Como forma de coleta de dados para a nossa trajetória de pesquisa, vamos tratar num primeiro momento do ensino de graduação na área (BRASIL, 1967).

A docência acadêmica na área de Relações Públicas começa ainda no mesmo ano da promulgação da Lei nº 5.377 (BRASIL, 1967), com a criação do primeiro curso de graduação em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, na então Escola de Comunicações Culturais, a atual Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). De acordo com Kunsch (2006), este início teve uma caracterização prematura, pois não havia sido constituído um campo acadêmico fértil para suporte à prática profissional.

Com o advento da regulamentação da profissão (BRASIL, 1967), a formação em nível superior passa a ser institucionalizada pelas regras e normatizações do Ministério da Educação (MEC), que assume a responsabilidade, em conjunção com o então Conselho Federal de



Educação<sup>7</sup>, de regrear e normatizar o ensino superior na nova área profissional. O órgão promove um debate inicial – juntamente com as entidades de classe – no sentido de enquadrar os conteúdos curriculares junto ao campo da Administração ao invés da Comunicação Social (MOURA, 2008). Entendemos aqui um conflito epistemológico do campo das Relações Públicas no contexto brasileiro, ao pairar dúvidas sobre qual área abarcaria esta profissão.

No entanto, de acordo com Moura (2008), foi com o advento da Resolução nº 11/1969, do Conselho Federal de Educação, que aconteceu a união do curso de Relações Públicas com a Comunicação Social. A autora nos afirma que este fato “[...] obrigou o curso de Relações Públicas a se vincular à área de Comunicação, contrariando a tendência firmada pelo Parecer nº 890/68, que destacava as disciplinas de Administração para a formação do profissional [...]” (MOURA, 2008, p. 693). Desta forma, temos a apuração de que há indícios de uma possível afinidade da área com o campo da Administração, contudo a atividade de Relações Públicas passa a sua aderência ao campo da Comunicação Social desde este fato.

O surgimento de novos cursos de graduação na área começa a constituir-se num movimento durante os primeiros anos da década de 70, como nos aponta Kunsch (2006). Desta forma, apuramos que começa a haver a difusão do ensino de Relações Públicas em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. A docência passa então a valer-se da expertise de profissionais da área e de professores do campo da Comunicação Social para constituir-se como novo campo acadêmico, demandando a emergência de estudos e obras específicas da atividade.

Desta forma, destacamos o reflexo importante decorrente da regulamentação da profissão: a emergência do desenvolvimento do campo acadêmico. O movimento provocado pela constituição de um novo campo profissional estimulou diferentes autores brasileiros na área de Relações Públicas. Podemos citar como um destes expoentes, especialmente na década de 1970, Cândido Teobaldo de Souza Andrade (1919-2003), como uma das referências – profissionais e acadêmicas – da classe profissional (KUNSCH, 2002).

As obras acadêmicas da área – assim como o pensamento do ensino da profissão – é permeado, portanto, pelas correntes teóricas que faremos a exposição a seguir. O ensino de graduação na área passa a ter uma conexão direta com as correntes teóricas expostas, fruto da maturidade acadêmica do campo no País (KUNSCH, 2006).

Cabe então, avançarmos em um aspecto que merece uma exploração mais esmiuçada: a constituição das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013). O ensino superior da área

---

<sup>7</sup> Conselho Federal de Educação era a denominação da época para o atual Conselho Nacional de Educação, órgão normatizador da educação no Brasil.



de Relações Públicas foi dissecado e pauta de estudos de Moura (2008), que traz esta cronologia da pauta. Nesta obra, a autora afirma que em 2001, à docência de Relações Públicas passa a contar com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Área da Comunicação e suas Habilitações.

Neste marco legal, estão as orientações para os projetos pedagógicos de cada curso. Moura (2008, p. 693) afirma que: “As Diretrizes Curriculares orientam a elaboração dos projetos pedagógicos articulando conteúdos abrangentes - conhecimentos específicos e de áreas afins”. Possibilita a relação entre áreas de organização do saber, visando o perfil do egresso a atingir, com as habilidades e competências a desenvolver, previamente definidas pela instituição de ensino.

O currículo é composto por uma estrutura com um núcleo específico, garantindo a identidade do curso. A estrutura deve ser flexível, permitindo uma diversificação na formação do aluno e uma integração entre teoria e prática, pesquisa básica e aplicada. As diretrizes curriculares veem diferenciar o marco legal posto anteriormente, que fixava o tronco comum para os cursos de Comunicação Social (MOURA, 2008). De acordo com Freitas (2008, p. 698), “as diretrizes curriculares oferecem liberdade para que as IES estruturem os cursos de diferentes formas”.

O olhar das autoras mencionadas acima é contemporâneo do movimento provocado pelas autoridades acadêmicas da área de Jornalismo e de Relações Públicas para compor uma nova normatização para os ensinamentos das áreas. Cabe ressaltar, que na época desta análise o Conselho Nacional de Educação – CNE possuía a regulamentação dada em 2001. Esta norma unificava as diretrizes curriculares de todas as habilitações do Curso de Comunicação Social, mas o texto remetia os perfis de egressos e as competências específicas para os acadêmicos das Relações Públicas (MOURA, 2008; FREITAS, 2008).

Entretanto, frente a algumas demandas do mercado e pela necessidade do desmembramento das habilitações do Curso de Comunicação Social, começou o estudo no CNE para uma nova Diretriz Curricular específica para as Relações Públicas. Em consonância com este momento, o Conselho Nacional de Educação expede a Resolução nº 002/2013, com a aprovação do Ministério da Educação, instituindo as novas diretrizes curriculares para o ensino das Relações Públicas no Ensino Superior. O texto reorganiza a carga horária dos cursos e busca padronizar as ofertas dos cursos em todas as Instituições de Ensino Superior. Cabe ressaltar que o texto fica específico e restrito à área das Relações Públicas dando um novo panorama para a história da docência (BRASIL, 2013).



Entretanto a norma (BRASIL, 2013) além de constituir as diretrizes curriculares nacionais, também estabelece um rigor maior no que tange às competências exigidas para o egresso do curso de graduação em Relações Públicas IES conforme o artigo 4º da Resolução:

Art. 4º O egresso do curso de Relações Públicas deve ser profissional ético, humanista, crítico e reflexivo, com as seguintes características pessoais: I - capacidade acurada de análise conjuntural, de forma que se lide quantitativa e qualitativamente com dados estatísticos, econômicos e sociais, transformando-os em indicadores para a elaboração de políticas de comunicação; II - percepção das dinâmicas socioculturais, tendo em vista interpretar as demandas dos diversos tipos de organizações e dos públicos; III - compreensão das problemáticas contemporâneas, decorrentes da globalização, das tecnologias de informação e da comunicação e do desenvolvimento sustentável necessária ao planejamento de relações públicas; IV - entendimento do campo técnico-científico da comunicação, capaz de estabelecer visão sistêmica das políticas e estratégias de relacionamentos públicos; V - capacidade de liderança, negociação, tomada de decisão e visão empreendedora (BRASIL, 2013, p.2).

Sendo assim, a norma contempla as especificidades para a docência das Relações Públicas, bem como define as qualificações do perfil do egresso e as competências mínimas específicas para o profissional. Isto exige mais esforços das Instituições de Ensino Superior para readequar estrategicamente a didática dos cursos de graduação de Relações Públicas com o objetivo de cumprirem estas exigências (BRASIL, 2013).

A alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) nos apresenta um novo cenário para o campo das Relações Públicas. Nos últimos anos, as Instituições de Ensino Superior têm se debruçado no tema para reformular currículos, atualizar ementários e cumprir as exigências do marco normativo para a profissão, frente às demandas do mercado. De acordo com Ferrari e Martins (2018), conseguimos observar uma redução considerável de cursos de graduação em Relações Públicas nos últimos anos. Os dados apresentados pelas autoras, a partir de pesquisa elaborada na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), tem diferentes causas a saber os diferentes aspectos regionais e sociais ao redor do Brasil. Contudo, nos parece questionável que possa haver uma ligação entre estes dois fatos: a constituição das atuais DCS's com o reflexo do fechamento de cursos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013) compõem este panorama dos campos – acadêmico e profissional – das Relações Públicas porque nos parece ser uma variável que pode imputar situações de desafio frente ao futuro eminente. Além disto, existem estudos que questionam e criticam o papel do ensino, especialmente nos contextos das universidades, e o compromisso com a formação profissional. Apontamos aqui o texto de Lima, Silva e Torini



(2020), produzido para um Dossiê “Formação de professores e práticas pedagógicas emergentes na área da comunicação” organizado pela Revista *Organicom*.

Os autores discutem a emergência de um olhar crítico para a formação em nível superior e suas decorrências com as temáticas da evasão e aproveitamento voltado para o mundo do trabalho (LIMA, SILVA, TORINI, 2020). Neste sentido, nos parece profícuo encerrar o breve panorama do ensino e da formação acadêmica em Relações Públicas inquietando-nos em como deveriam ser os passos das Instituições de Ensino Superior para uma mudança destes paradigmas apresentados em nosso recorte.

Em sua tese de livre-docência, Ferrari (2017) dialoga com os desafios de coordenadores e docentes de Relações Públicas no processo de ensino-aprendizagem. Os achados da pesquisadora nos trazem três observações acerca dos cursos de nível superior e as Instituições de Ensino Superior com oferta em nossa área: a) privatização; b) sudestificação; c) virtualização. Em síntese, temos a caracterização de um ensino superior majoritariamente privado, com concentração numérica maior na região sudeste do País. Outro aspecto relevante nesta pesquisa foi a análise de Ferrari (2017) para o crescimento do ensino à distância, e a emergência de uma formação específica para os docentes.

### **Dilemas e Perspectivas (Sistêmicas) para as Relações Públicas**

A nossa intenção neste artigo em refletir sistemicamente o panorama das Relações Públicas está ancorada em dois princípios da abordagem sistêmica: a autopoiese e a recursividade (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001). O primeiro princípio nos traz a noção de que os sistemas sociais se operam via a comunicação, e sustenta a mudança de um *status quo*. O segundo, nos remete à visão de que as estruturas sociais estão sempre ligadas a um processo contínuo e permanente no cenário social. Nos valemos destes olhares da abordagem sistêmica para (re)pensar os dilemas e perspectivas da área.

A profissão de Relações Públicas nasce constituída de um estereótipo que o profissional atua em contextos da gestão da comunicação corporativa, de acordo com Kunsch (2002). Assumimos, portanto, neste momento uma visão funcionalista para a prática, com o olhar voltado para a perspectiva operacional, especialmente no início da sua constituição no Brasil.

O ensino superior da área adota a recursividade desta faceta profissional, e as primeiras pesquisas acadêmicas da área são orientadas neste sentido. A tese de Thomazi (1991) nos reforça que a gênese do pensamento científico colabora com a prática oriunda do mercado



profissional. As técnicas da atividade são difundidas e estudadas, no início da trajetória acadêmica da área, cumprindo o papel da consolidação deste campo profissional.

Contudo, com o passar de mais de cinquenta anos desta época, percebemos a emergência de contrapor este primeiro viés. O que nos leva a firmar esta visão são os estudos das correntes críticas para o campo da comunicação e das Relações Públicas (HOLTZHAUSEN, 2016; MARQUES & MAFRA, 2018; HENRIQUES & SILVA, 2019) que trazem a emergência de um pensar mais ético e dialético para as práticas da área.

Entendemos haver uma recursividade plausível nas correntes críticas, especialmente frente aos desafios das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013). Vivemos em uma sociedade mais complexa e permeada por fatores que a visão funcionalista não traz as mesmas condições do cenário da constituição da profissão. Nos parece, portanto, que há a emergência de um movimento autopoietico para a (re)configuração do ensino superior na área de Relações Públicas.

A atuação de Relações Públicas consolidada pela literatura revela distintas possibilidades de práticas, apoiadas em correntes teóricas que caracterizam – e formam – um viés da profissão. Contudo, novas contribuições e facetas demandam dos atores uma perspectiva mais reflexiva e sistêmica frente às demandas de complexidade do comportamento e relacionamento humano. De acordo com Kunsch (2014), há espaço para uma característica estratégica da função da área nas organizações, rompendo o caráter meramente técnico da profissão.

Ainda assim, ancorados em Oliveira (2007), também se discute a predominância de uma visão operacional e funcionalista da prática de Relações Públicas. Emerge, portanto, a ideia de que o profissional da área se limita a execução de técnicas e estratégias presentes na literatura básica da profissão, e ainda atreladas ao processo histórico de constituição do campo no Brasil. A visão ambivalente de um profissional estratégico e operacional, ainda suscita discussões e debates no campo acadêmico da área de Relações Públicas.

Neste sentido, nos é perceptível a discussão no campo acadêmico entre dois olhares sob a prática de Relações Públicas: o primeiro voltado para uma crítica à visão operacional e funcionalista da atuação na área (OLIVEIRA, 2007); e o segundo centrado numa perspectiva estratégica dentro dos ambientes de comunicação nas organizações (KUNSCH, 2014).

Pelo olhar da abordagem sistêmica que propomos (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001), as práticas de Relações Públicas no escopo das estruturas sociais podem contribuir com novos olhares para as organizações e para a sociedade. A barreira da visão funcionalista e operacional (OLIVEIRA, 2007) pode ser (re)dimensionada a partir de novos



olhares contemporâneos. Existe esteio para novas pesquisas que componham novas perspectivas de atuação em sinergia com as demandas sociais e corporativas.

Esta discussão ganha força com as pesquisas que surgem com dissertações e teses do campo da Comunicação Organizacional, especialmente nos grupos de trabalho dos eventos científicos da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Organizacional e Relações Públicas – ABRAPCORP<sup>8</sup>. Os anais dos Congressos Brasileiros, dispostos no site oficial da Instituição, denotam uma crescente evolução nas pesquisas destes campos, e os olhares reproduzem uma emergência mais complexa e sistêmica para a atuação de profissionais de comunicação nos ambientes corporativos.

Na esteira de uma trajetória acadêmica, pontuamos as pesquisas do Grupo de Pesquisa Ensino e Prática de Comunicação – GPEPCom<sup>9</sup>. As pesquisas e obras do grupo estão divididas em três fases, e, especificamente a terceira e atual – com a participação deste pesquisador – dedica-se aos estudos da conexão entre o ensino e a prática de Comunicação Organizacional, Jornalismo e Relações Públicas. Na trajetória deste grupo de pesquisa, destacamos a premissa de que o ensino é o ponto de partida para a reflexão da prática na sociedade (TAVARES, 2018).

Este contexto científico, permeado por uma dualidade no olhar da prática de Relações Públicas – dividido entre o caráter operacional e funcionalista e a emergência de uma visão estratégica nas organizações – suscita uma leitura mais complexa e teórica sobre a prática da área. Uma possível leitura para este percurso científico nos é contemplada pelo viés do paradigma sistêmico (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001).

Os cenários organizacionais entendidos aqui como os campos de atuação de Relações Públicas, podem configurar-se como ambientes amplos e permeados por dispositivos sistêmicos. Portanto, abre-se caminhos possíveis para discutir o pensamento ampliado da teoria dos sistemas sociais, exposto por Luhmann (2016).

### **Considerações Transitórias**

O presente artigo apresenta nosso olhar sobre o panorama das Relações Públicas no Brasil. Os caminhos de constituição da profissão e os desafios do ensino e da formação acadêmica são o ponto de partida para o tensionamento da nossa discussão. Entendemos

---

<sup>8</sup> A Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas foi fundada em 2006, e tem o repositório dos seus Congressos pelo link <https://abrapcorp.org.br/>.

<sup>9</sup> O grupo de pesquisa certificado pelo Diretório de Grupos de Pesquisas da CAPES tem o seu material histórico disponível no link <http://claudiamoura.pro.br/gpepcom/>.



inicialmente, que o *status quo* da nossa área é reflexo deste processo histórico em dois ambientes distintos: a constituição da profissão e a formação acadêmica.

Apresentamos estudos e textos (THOMAZI, 1991; KUNSCH, 2002) que nos retomam tentativas de aproximação e convergências entre os campos – profissional e acadêmico. No entanto, nos parece que há um descolamento entre o saber e o fazer das Relações Públicas, o que pode provocar um descompasso entre o que ensinamos para os discentes, e o que eles de fato exercem no campo profissional.

Pautamos também a divergência entre o viés operacional e funcionalista (OLIVEIRA, 2007) e o pensar estratégico emergente no cenário complexo organizacional (KUNSCH, 2014). Olhares divergentes que nos incitam a (re)pensar sobre os dilemas e perspectivas das Relações Públicas frente ao ambiente contemporâneo em nosso País.

Retomamos o processo de constituição da formação acadêmica, e nos deparamos com pesquisas sobre dilemas em cursos de graduação (FERRARI, 2017; FERRARI & MARTINS, 2018). A diminuição de oferta em nível superior para a área de Relações Públicas pode estar conectada com os desafios do campo profissional e das emergências da sociedade frente a um processo de (re)configuração das profissões. Este contexto, é potencializado pelas questões sociais, políticas, econômicas que as distintas regiões têm acompanhado nos últimos anos.

O recorte de estudos com visão crítica sobre a prática de Relações Públicas nos cenários corporativos também nos indica a emergência de novos olhares (HOLTZHAUSEN, 2016; MARQUES & MAFRA, 2018; HENRIQUES & SILVA, 2019). O pensamento científico necessita acompanhar a evolução para um olhar crítico e ativista sobre a atuação profissional, rompendo a visão funcionalista e operacional apresentada anteriormente.

A abordagem sistêmica da nossa reflexão (LUHMANN, 2016; MATURANA & VARELA, 2001) indica a possibilidade de novos estudos e olhares para este cenário profissional e acadêmico. Defendemos que existe um espaço para a nossa pesquisa em questionar o formato da formação acadêmica, que está caracterizada em um descompasso com as demandas da sociedade.

Este artigo nasce de um exercício em compor o nosso objeto de pesquisa com as discussões da visão crítica para a comunicação. Estas demandas impactam – segundo nosso olhar – o ensino e a formação acadêmica de Relações Públicas. Partimos do princípio da recursividade sistêmica, em que a prática profissional é reflexo de um processo de ensino. Estes campos não podem estar dissociados, mas sim interligados e conectados pelas suas divergências e convergências.



## REFERÊNCIAS

ATHAYDES, Andreia Silveira. O Parlamento Nacional das Relações Públicas e as medidas adotadas pelo CONFERP para sua viabilização prática. 6º Encontro Nacional ALCAR – Grupo Temático História das Relações Públicas. Rio de Janeiro: Niterói, 2008. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/O-Parlamento-Nacional-das-Relacoes-Publicas-e-as-medidas-adotadas.pdf>. Acesso em 11 jul. 2022.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-Compós, Brasília, v. 14, n. 1, jan./abr. 2011.

BRASIL. Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967, disciplina a profissão de Relações Públicas e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, 1967.

BRASIL. Decreto-Lei nº 860, de 11 de setembro de 1969, constituição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, 1969.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 2, de 27 de setembro de 2013, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, 2013.

CONFERP. Carta de Atibaia. Parlamento Nacional de Relações Públicas. Atibaia: CONFERP, 1997. Disponível em [http://conferp.org.br/site/wp-content/uploads/2014/03/1\\_atibaia.pdf](http://conferp.org.br/site/wp-content/uploads/2014/03/1_atibaia.pdf). Acesso em 30 abr. 2022.

CONFERP. Resolução Normativa nº 43 de 24 de agosto de 2002. Define as funções privativas dos profissionais em Relações Públicas. Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas, Brasília, 2002.

CONFERP. História das Relações Públicas no Brasil. Organizadores Marcelo Ficher e Manoel Marcondes Machado Neto. Brasília: CONFERP, 2018. Disponível em [http://conferp.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/pdf\\_ebook\\_historia\\_rp.pdf](http://conferp.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/pdf_ebook_historia_rp.pdf). Acesso em 30 abr 2022.

FERRARI, Maria Aparecida. Perfil dos cursos de relações públicas no Brasil: uma visão dos coordenadores e docentes do processo ensino-aprendizagem. 2017. Tese (Livre-docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERRARI, Maria Aparecida; MARTINS, Juliane. O que acontece com os cursos de Relações Públicas no Brasil? Motivos da diminuição do oferecimento dos cursos pelas IES. Anais do XII Congresso Abrapcorp – Comunicação, Diversidades, Organizações. Goiânia: ABRAPCORP, 2018. Disponível no link [http://portal.abrapcorp2.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Anais\\_Abrapcorp\\_2018\\_GPs\\_ISBN.pdf](http://portal.abrapcorp2.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Anais_Abrapcorp_2018_GPs_ISBN.pdf)> Acesso em 11 jul. 2022.

FREITAS, Sidinéia Gomes. Os Reflexos das Diretrizes Curriculares no Ensino de Relações Públicas. IN: MOURA, C. P. (Org.) História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDICPUCRS, 2008. p. 695 a 700.

FREITAS, Sidinéia Gomes. As entidades de classe de relações públicas no Brasil: caminhos e descaminhos. IN: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009.

HENRIQUES, Márcio Simeone; SILVA, Daniel Reis. Reposicionando a noção de influência nas Relações Públicas: articulações teóricas preliminares e perspectivas de estudo. Anais do XIII Congresso



Abrapcorp – São Paulo: ABRAPCORP, 2019. Disponível em <[http://abrapcorp2.org.br/site/manager/arq/\(cod2\\_22915\)MarcioHenriques\\_DanielSilva\\_GT4\\_Abrapcorp2019.pdf](http://abrapcorp2.org.br/site/manager/arq/(cod2_22915)MarcioHenriques_DanielSilva_GT4_Abrapcorp2019.pdf)>. Acesso em 14 jul. 2022.

HOLTZHAUSEN, Derina R. Las Relaciones Públicas como Activismo: Enfoques Posmodernos. Barcelona: UOC, 2016.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. História das Relações Públicas no Brasil: retrospectiva e aspectos relevantes. Revista Idade Mídia, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 120-125, nov. 2002. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/3409451-Historia-das-relacoes-publicas-no-brasil-retrospectiva-e-aspectos-relevantes.html>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Gestão das Relações Públicas na Contemporaneidade e a sua institucionalização profissional e acadêmica no Brasil. Revista Organicom, São Paulo, p. 33 a 61, agosto. 2006.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Panoramas e perspectivas dos estudos de comunicação organizacional e relações públicas na América Latina. In: DRUETTA, César Bolaño, Delia Covi; CIMADEVILLA, Gustavo. La contribución de América Latina al campo de la Comunicación: historia, enfoques teóricos, epistemológicos y tendencias de la investigación. Associação Latino Americana de Investigadores de Comunicação, 2014. p. 246-291.

LIMA, Manolita Correa; SILVA, Cláudia Cristiane dos Santos; TORINI, Danilo Martins. A transformação do processo de ensino e aprendizagem não é um voo de galinha. Revista Organicom, São Paulo, v. 17, n. 32, p. 40-59, jan./abr. 2020. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/170919/161250>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

LUHMANN, Niklas. Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral. Porto Alegre: Editora Vozes, 2016.

MARQUES, Ângela Salgueiro; MAFRA, Rennan. A comunicação interna em contextos organizacionais e a criação de cenas de dissenso. Revista Comunicação Pública. Lisboa v. 13, n. 25, p. 1-18, jul. 2018. Disponível em <<https://journals.openedition.org/cp/2940>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MOURA, Claudia Peixoto. Fragmentos da história do ensino das Relações Públicas no Brasil. In: MOURA, Claudia Peixoto (Org.) História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 688-694.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. Formação acadêmico-profissional em relações públicas: uma perspectiva contemporânea. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). Ensino de comunicação: qualidade na formação acadêmico-profissional. São Paulo: ECA-USP/ Intercom, 2007. p. 141-152.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TAVARES, Marcelo de Barros. O caráter educativo da práxis de relações públicas: uma leitura humanista da atividade. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

THOMAZI, Maria Stella. O ensino e a pesquisa em relações públicas no Brasil e a sua repercussão na profissão. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.